

**II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL,
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS – II CESMAD**

LAISE OLIVEIRA DA SILVA

**MULHER, DROGAS E QUESTÕES DE GÊNERO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

BRASÍLIA - DF

2015

**II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL,
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS – II CESMAD**

LAISE OLIVEIRA DA SILVA

**MULHER, DROGAS E QUESTÕES DE GÊNERO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

Monografia apresentada ao II Curso de Especialização em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília para a obtenção do Título de Especialista em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.

Orientado por: Prof^a Valeska Zanello De Loyola

BRASÍLIA - DF

2015

II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS – II CESMAD

LAISE OLIVEIRA DA SILVA

MULHER, DROGAS E QUESTÕES DE GÊNERO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Esta Monografia foi avaliada para a obtenção do Grau de Especialista em Saúde Mental,
Álcool e Outras Drogas, e aprovada na sua forma final pela Banca a seguir.

Data: ____/____/____

Nota: _____

Prof. Dr. Ileno Izídio da Costa
Coordenador Geral do II CESMAD

Prof.
Avaliador 1

Prof.
Avaliador 2

BRASÍLIA – DF
2015

Autorização para Publicação Eletrônica de Trabalhos Acadêmicos

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho citado, em consonância com a Lei nº 9610/98, autorizo a Coordenação Geral do II CESMAD a disponibilizar gratuitamente em sua Biblioteca Digital, e por meios eletrônicos, em particular pela Internet, extrair cópia sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de minha autoria, para leitura, impressão ou download e/ou publicação no formato de artigo, conforme permissão concedida.

Dedico este trabalho às mulheres usuárias de drogas, que necessitam de um olhar diferenciado, tendo em vista as suas especificidades do ser mulher.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me sustentar, fortalecer e me animar todos os dias para que eu continue sonhando e acreditando que sonhos podem se tornar realidade.

Aos meus pais por serem minha fonte de inspiração em cada passo que eu dou.

A minha família que sempre acreditou e torceu por mim.

A minha orientadora Valeska Zanello pelo incentivo, disposição e recomendações valiosas.

Ao professor Drº Ileno Izídio da Costa que possibilitou essa especialização na área de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas apostando na capacitação de novos profissionais para respostas concretas às demandas dessa área.

A todos os professores da Especialização em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas que se esforçaram e souberam despertar pensamentos críticos e imprescindíveis, levando-me a compreender um pouco mais os meandros e práticas de um assunto tão complexo, que é a Saúde Mental.

Aos amigos que tornam a minha vida mais leve, alegre e prazerosa.

A todos aqueles de alguma forma ajudaram a semear, cultivar e colher os frutos desse curso.

*“Dizem que a mulher é o sexo frágil
Mas que mentira absurda [...]”.*

ErasmO Carlos

RESUMO

As diferenças em questões de gênero estão presentes em diversos aspectos no que concerne ao consumo de drogas. O presente estudo teve como objetivos: examinar na literatura científica como (e se) tem sido compreendida/pesquisada a relação entre ser mulher e usuária de drogas lícitas e ilícitas; e, descrever e analisar os resultados encontrados acerca do uso/ abuso/ dependência de substâncias psicoativas em mulheres. Para tanto foi feito um levantamento de artigos científicos, publicados entre 2004 a 2014 nas plataformas eletrônicas brasileiras (LiLACS e SciELO) que abordavam uma intersecção de temas entre o uso de drogas lícitas e ilícitas por mulheres e as questões de gênero. Foram encontrados apenas 15 artigos, cujo conteúdo passou por uma análise minuciosa. Estes foram divididos em quatro temas: uso do álcool e tabaco entre as mulheres; uso de medicamentos alopáticos por mulheres adultas/ idosas; o uso de drogas durante a gestação, e especificidades do uso de drogas e vulnerabilidades nas perspectivas de gênero. Os resultados permitiram revelar que as mulheres com uso e abuso de drogas têm apresentado situações e necessidades específicas, que nem sempre são reconhecidas e satisfeitas pelos serviços destinados à assistência de pessoas usuárias de drogas. Essas situações estão permeadas por relações desiguais de gênero e poder e apontam para a necessidade de estudos e de intervenção numa abordagem de gênero contemplando usuários de drogas, em particular do sexo feminino.

Palavras- Chave: Mulher. Drogas. Gênero.

ABSTRACT

Differences in gender issues are present in various aspects concerning the use of drugs. This study aimed to: examine the scientific literature as (and if) has been understood / researched the relationship between a woman and user of legal and illegal drugs; and, describe and analyze the results on the use / abuse / dependence on psychoactive substances in women. Therefore a survey was made of scientific articles published between 2004 to 2014 in the Brazilian electronic platforms (LiLACS and SciELO) that approached an intersection of themes between the use of licit and illicit drugs by women and gender issues. Only 15 articles were found, the contents of which underwent a thorough analysis. These were divided into four themes: use of alcohol and tobacco among women; use of allopathic medicines for adult / older women; drug use during pregnancy, and characteristics of drug use and vulnerabilities in gender perspectives. The results allowed to reveal that women with drug use and abuse have presented situations and needs, which are not always recognized and met by the services for the assistance of drug users. These situations are permeated by unequal gender relations and power and point to the need for studies and intervention from a gender approach contemplating drug users, particularly women.

Key-words: Woman. Drugs. Genre.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA	14
2.1 DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM MULHERES	14
2.2 POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS.....	21
2.3 GÊNERO.....	23
3 METODOLOGIA.....	26
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	26
3.2 COLETA DE DADOS.....	26
3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	27
4 RESULTADOS	28
5 DISCUSSÃO	29
5.1 Uso de álcool e tabaco por mulheres.....	29
5.2 Uso de medicamentos alopáticos por mulheres adultas/ idosas.....	34
5.3 Uso de drogas durante a Gestação.....	37
5.4 As especificidades do uso de drogas e vulnerabilidades nas perspectivas de gênero.....	40
6. CONSIDERAÇÕES	43
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE A	51
APÊNDICE B	52

INTRODUÇÃO

A dependência química na atualidade tornou-se um grave problema social e de saúde pública. Falar sobre o uso de drogas, particularmente sobre a dependência química, traz à tona questões relacionadas diretamente ao campo da saúde, o que implica na necessidade de realizar uma reflexão sobre esse fenômeno no âmbito das concepções sobre saúde e doença, vigentes ao longo da história do homem, até o momento atual. Neste sentido, temas como saúde, doença e drogas sempre estiveram presentes ao longo da história da humanidade, embora cada período apresente uma maneira particular de encarar e lidar com esses fenômenos, de acordo com os conhecimentos e interesses de cada época (PRATA, 2009).

A conjuntura social política e econômica apresenta aspectos distintos em relação às drogas: a tolerância e o incentivo para substâncias como o álcool, tabaco e medicamentos, consideradas legalmente como lícitas; o delito e a punição para o uso/ e ou abuso de substâncias como maconha, cocaína e crack, determinadas legalmente como ilícitas ou ilegais. Esta situação tem suscitado no imaginário social, diferentes representações sobre as drogas e a pessoa usuária (OLIVEIRA,2006).

Essa relação do indivíduo com cada substância psicoativa pode, dependendo do contexto, ser inofensiva ou apresentar poucos riscos, mas pode assumir, também, padrões de utilização altamente disfuncionais, com prejuízos biológicos, psicológicos e sociais (SENAD, 2013).

Os estudos epidemiológicos nacionais indicam um crescente aumento de mulheres dependentes químicas, considerando a alta prevalência de problemas relacionados ao consumo de drogas entre as mulheres (CARLINE, 2001). Em 2005, foi registrado um aumento global de 15 milhões de pessoas, na faixa etária de 15 a 64 anos, envolvidas com o consumo de drogas, e neste contingente foi identificado o aumento do número de mulheres em relação ao de homens para alguns tipos de drogas, especialmente as consideradas ilícitas (UNODOC apud OLIVEIRA, 2006).

Apesar de o consumo de drogas por mulheres vir aumentando nos últimos anos, dados do I Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil realizado por Carlini et al. (2001) demonstram predomínio do sexo masculino na maioria das substâncias, com exceção para os benzodiazepínicos, estimulantes e anorexígenos (medicamentos utilizados para estimular o apetite), onde as mulheres superam o consumo dos homens.

Outra droga que aparece de modo expressivo nos índices de consumo de drogas por mulheres é a nicotina. O Instituto Nacional do Câncer (INCA) divulgou que um terço da população adulta fuma, sendo 11,2 milhões de mulheres e 16,7 milhões de homens.

Do ponto de vista do tratamento, Hochgraf e Andrade (2004) apontam que historicamente foram sendo desenvolvidos mitos em relação ao tratamento das mulheres farmacodependentes, entre eles: a mulher farmacodependente evolui pior e adere menos ao tratamento do que os homens.

Hochgraf e Andrade (2004) apresentam uma diferença nos problemas trazidos nos dois subgrupos- homens e mulheres farmacodependentes. Os homens farmacodependentes têm mais problemas legais e profissionais, as mulheres têm mais problemas físicos e familiares. Nos tratamentos mistos, os interesses masculinos predominam, em função do menor número de mulheres. Já nos grupos específicos é favorecida a discussão de questões femininas importantes- *abuso sexual, violência doméstica, preocupação com os filhos, preocupação com o corpo, baixa auto-estima*. Essas diferenças justificam uma preocupação com a especificidade do tratamento da dependência química em mulheres.

Segundo Guimarães (2010), expressões como “é típico de mulher esse sentimento”, “isto é para homem”, revelam o mais genuíno sexismo expresso de forma cabal e estereotipada. Existem também estereótipos que são reforçados pelo senso comum, constituídos sobre imagens rotuladas, símbolos pejorativos, na maioria das vezes explicitando situações de violência e de desprezo, de forma mais intensa sobre a mulher. Estes rótulos, culturalmente construídos, perpassam pelo imaginário social e popular enquadrando comportamentos e representando situações como se fossem naturais e predeterminadas.

As relações de gênero são permeadas por costumes e valores que determinam os papéis que cada um assume, havendo ligação direta com a constituição da subjetividade e, portanto, com a forma de se ver e estar no mundo.

Vianna (1997) ao falar da polarização frequente entre homens e mulheres aponta que as mulheres geralmente simbolizam a reprodução da espécie, isto é, a natureza, enquanto os homens são associados ao social. Assim, colocam-se estereótipos de homem agressivo, forte e racional; e de mulher dócil, relacional, frágil e afetiva e guiada pelas emoções.

As diferenças em questões de gênero estão presentes em diversos aspectos no que concerne ao consumo de drogas (GREENFIELD ET AL. 2009; TAYLOR ET AL., 2007), tais como: prevalência (CARLINI ET AL. 2007; GREENFIELD ET AL., 2009), metabolismo e fisiologia (GREENFIELD ET AL., 2009); mortalidade, tratamento (PRENDERGAST ET AL., 2011), vitimização e violência (TUCCI; KERR-CORRÊA; SOUZA-

FORMIGONI,2010); vulnerabilidade e comorbidades (GREENFIELD ET AL., 2009; HESS; ALMEIDA; MORAES, 2012).

Mulheres com uso e abuso de drogas têm apresentado situações e necessidades específicas, que nem sempre são reconhecidas e satisfeitas pelos serviços destinados à assistência de pessoas usuárias de drogas. Para Oliveira, (2006) o estudo acerca das interfaces entre gênero e dependência de drogas lícitas e ilícitas mostra-se relevante, tendo em vista que no contexto da saúde da mulher, o uso e o abuso de drogas por esta população tem se mostrado predominante, relacionando-se ao contexto cultural, social, familiar e individual, que estão interligados a fatores de risco, como uso do corpo para obter droga, prostituição e doenças sexualmente transmissíveis. No sentido de conhecer tais especificidades esse estudo teve como objetivo geral examinar na literatura científica como (e se) tem sido compreendida/pesquisada a relação entre ser mulher e usuária de drogas lícitas e ilícitas; e como objetivo específico, descrever e analisar os resultados encontrados na literatura científica acerca do uso/ abuso/ dependência de substâncias psicoativas em mulheres.

1. DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM MULHERES

Define-se como dependência química “um padrão de uso de substâncias psicotrópicas que está causando dano à saúde”, de acordo com a Organização Mundial de Saúde. Segundo os critérios da Classificação Internacional de Doenças 10- CID- 10 (OMS, 1993), alguns sinais são necessários para a identificação da dependência. São eles:

- Compulsão para o consumo- experiência de um desejo incontrolável de consumir uma substância.
- Aumento da tolerância- a necessidade de doses crescentes de uma determinada para alcançar os efeitos originalmente obtidos com doses mais baixas.
- Síndrome de abstinência- o surgimento de sinais e sintomas de intensidade variável quando o consumo de substância psicotrópica cessou ou foi reduzido.
- Alívio ou evitação da abstinência pelo aumento de consumo.
- O consumo de uma substância torna-se prioridade, mais importante do que coisas que outrora eram valorizadas pelo indivíduo.
- Estreitamento ou empobrecimento do repertório, ou seja, as referências internas ou externas baseiam-se exclusivamente no alívio dos sintomas de abstinência, em detrimento do consumo ligado a eventos sociais.
- Persistência no uso da substâncias, a despeito da evidencia clara de consequências nocivas.

O uso de drogas acontece há milhares de anos e, muito provavelmente, vai acompanhar toda a história da humanidade. Quer seja por razões culturais ou religiosas, quer por recreação ou como forma de enfrentamento de problemas, para transgredir ou transcender, como meio de socialização ou para se isolar, o homem sempre se relacionou com as drogas (SENAD,2013).

É um fenômeno universal e tão antigo quanto a própria humanidade. O uso ocasional de álcool data de 250 mil anos atrás; derivados de opióides são utilizados desde 3.000 a.C.; o consumo de cânhamo remonta a Antiguidade e há, pelo menos, 5 mil anos folhas têm sido utilizadas. O alcoolismo foi considerado doença desde a metade do século XVIII e a toxicomania foi definida pela medicina no fim do século XIX (ESCOHOTADO, 2004; BRASILIANO; HOCHGRAF, 2006).

Portanto, considera-se pouco provável que, na história da humanidade, o uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas estivessem restritos ao público masculino. O estudo sistemático com mulheres dependentes químicas ocorreu nos últimos cinquenta anos e as

abordagens que atendam as necessidades desse subgrupo há uns vinte anos (BRASILIANO; HOCHGRAF, 2006).

Uma das razões apontadas para essa ausência de pesquisas seria a menor prevalência na dependência de substâncias psicoativas entre mulheres. Os dados epidemiológicos publicados revelam que a prevalência é predominantemente masculina. No entanto, estes dados focam, sobretudo, a dependência química ilícita.

No Brasil, no II Levantamento Domiciliar realizado em 2005, verificou-se uma prevalência masculina para dependência ao álcool, entre os homens encontrou-se uma proporção de 19,5 % e entre as mulheres 6,9% (CARLINI et al., 2006).

Evidenciam-se as diferenças na prevalência de acordo com a faixa etária. Na faixa etária entre 12 e 17 anos, encontrou-se a proporção de 7,3% em homens e 6,0% em mulheres. Em outras faixas etárias, essa diferença muda significativamente, entre 18 e 24 anos a proporção é de 27,4 % em homens para 12,1% em mulheres. Entre 25 e 34 anos, encontrou-se uma proporção de 23,2 % em homens para 7,7% em mulheres. Nessas faixas etárias, a diferença permanece 15,3% e 15,5%. Porém, na idade acima de 35 anos, a diferença reduz significativamente, com 10,4% em homens e 5,4% em mulheres (CARLINI et al., 2006).

Esse quadro apresenta uma mudança quando se trata de benzodiazepínicos, estimulantes e analgésicos (opióceos), ou seja, de substâncias químicas consideradas lícitas ou medicamentos, existindo uma prevalência de uso na vida em mulheres em relação aos homens. Além disso, comparando-se com o I Levantamento Domiciliar em 2001, houve um aumento da prevalência do uso em mulheres para o álcool, tabaco, maconha, solventes, cocaína estimulantes, benzodiazepínicos, alucinógenos, crack, esteroides e barbitúricos (CARLINI et al., 2006).

Conforme problematiza Zanello, (2010):

[...] podemos encontrar nestes dados importantes questões de gênero [...]. Pela escuta dessas mulheres podemos afirmar: o álcool é visto como um problema que precisa ser resolvido porque coloca em xeque os papéis sociais masculinos. Isto é, interrompe o ciclo laboral, o rendimento, a virilidade esperada de um homem, em todos os âmbitos nos quais ele participa. Já o diazepam é um medicamento que permite as mulheres continuarem cumprindo seu papel social: ser cuidadora dos filhos, do lar, aceitar a subjugação social e sexual de seus parceiros etc. Enfim, há uma perversidade no sistema, na qual as relações de gênero são tornadas invisíveis [...] (p. 315).

A menor prevalência de mulheres dependentes químicas como justificativa para a ausência de pesquisas na área não é, portanto, argumento suficiente e alguns autores atribuem a esse fato o estigma social sofrido pelas mulheres:

Historicamente, os padrões de uso de substâncias entre as mulheres têm variado e a interpretação social deles também, o que provoca impacto não somente nas atitudes frente ao uso feminino quanto na disponibilização de programas e na resposta ao tratamento (BRASILIANO; HOCHGRAF, 2006, p.290).

Além do estigma social, autores indicam a falta de treinamento das equipes primárias de saúde, principalmente na capacitação para efetuar o diagnóstico correto para queixas vagas de saúde física; a falta de serviços de atendimento específico para mulheres; a negligência ou a oposição de familiares, sendo que em algumas situações, o companheiro também é usuário. Esses fatores poderiam ser indicativos de um receio entre as mulheres para colaborar com pesquisas epidemiológicas ou procurar centros especializados de tratamento (ZILBERMAN, 2003; HOCHGRAF; ANDRADE, 2004).

Nas duas últimas décadas, algumas pesquisas comparativas apontam as especificidades e diferenças no tratamento entre homens e mulheres dependentes de substâncias psicoativas, enfatizando a importância do desenvolvimento de estudos voltados mais para a diferença entre as mulheres (e suas peculiaridades) do que a comparação de suas características com as dos homens (BRASILIANO; HOCHGRAF, 2006).

Em relação à especificidade do grupo de mulheres, algumas diferenças importantes são apontadas. O início do uso está relacionado a ocorrências de eventos vitais como: morte do cônjuge ou uma separação, depressão, sentimentos de isolamento social, pressões familiares ou profissionais, abuso sexual na infância, etc.

As pesquisas envolvendo as especificidades e diferenças entre homens e mulheres são fundamentais, tendo em vista que a pequena participação das mulheres nas pesquisas teve como consequência uma ênfase no padrão de uso masculino, produzindo-se um viés, sendo o padrão masculino considerado a norma (BRASILIANO; HOCHGRAF, 2006).

Entre as especificidades, citamos inicialmente algumas barreiras para a busca de tratamento e que estão relacionadas ao papel de esposa e mãe esperado pela sociedade: vergonha e culpa por seu comportamento adicto; o medo de perder a guarda de seus filhos, ao assumirem a dependência; a dificuldade em encontrar uma infraestrutura adequada como creches para os cuidados com os filhos no período de tratamento; o temor do julgamento nas situações de uso durante a gravidez, principalmente por um receio da política de considerar crime passível de detenção; o uso de drogas como uma forma de “medicação” e alívio aos sintomas de depressão, irritabilidade e ansiedade; a carência de recursos financeiros e sociais para buscar outras formas alternativas de satisfação e gratificação após o tratamento (BRASILIANO; HOCHGRAF, 2006).

Cesar (2006) desenvolveu um estudo que tinha como objetivo discutir as peculiaridades do alcoolismo feminino e a importância de seu significado nos serviços especializados. Apresenta as discussões de pesquisadores sobre os estigmas sociais vividos pelas mulheres; imposição de códigos morais rígidos para o consumo de álcool entre as mulheres; a necessidade de investigação do alcoolismo feminino, considerando as questões pertinentes à mulher no espaço social.

Através de uma pesquisa qualitativa, a autora apresenta algumas características desse grupo. Do grupo dos entrevistados (09 integrantes), 90% declararam uso de bebida, no âmbito da esfera privada. A discussão apresentada está pautada nas diferenças de gênero e comportamento social, apontados como *estilos de desvios de gênero*, sendo que o comportamento do homem alcoolizado seria externalizado e as mulheres tenderiam para um comportamento mais retraído, ficando menos expostas e “internalizando emoções” (CESAR, 2006).

Outro aspecto discutido é a preservação da autoimagem da mulher, relacionada ao preconceito pelo uso de bebidas alcoólicas por esse grupo e pelos papéis sociais incompatíveis com esse ato (maternidade, postura feminina adequada, etc). Por essa razão, segundo a autora, o ato de “beber” é escondido.

A autora também discute a alta taxa de mulheres vítimas de violência física/ sexual na infância/ adolescência. Entre as mulheres que entrevistadas, 70% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência física/ sexual na infância e/ou adolescência. Desse grupo, duas começaram a utilizar bebidas alcoólicas na infância, três na adolescência e uma na idade adulta. Outro dado importante é o percentual de mulheres (80%) que sofreram violência doméstica e sexual por parte dos companheiros.

O uso de substâncias psicoativas (pelo perpetrador, pela vítima ou por ambos) está envolvido em até 92% dos casos notificados de violência doméstica. O álcool atua em até 92% dos casos notificados de violência doméstica. O álcool age como desinibidor e os estimulantes como cocaína, crack e anfetaminas reduzem a capacidade de controle dos impulsos e aumentam as sensações de persecutoriedade. Nesse sentido, ambas as substâncias *facilitariam* a violência. O estupro e outras formas de vitimização são frequentes entre mulheres com problemas de uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas em comparação a outras mulheres na população geral (ZILBERMAN; BLUME, 2005).

Segundo as autoras, o álcool e outras drogas são geralmente utilizados por mulheres como automedicação da dor decorrentes de situações de violência doméstica e traumas, sendo que um alto índice de mulheres em tratamento por problemas com álcool e outras drogas

relatam episódios de vitimização, tanto como resultado do seu uso como do uso de seus parceiros.

Outro aspecto discutido pelas autoras é a prevalência nos casos de abuso/ dependência de substâncias psicoativas e abuso sexual na infância, sendo que os casos relatados são significativamente mais altos que os casos encontrados na população geral. Assim, sugere-se uma possível relação entre esses dois aspectos, associados a uma morbidade psiquiátrica (ansiedade, transtorno de estresse pós- traumático e depressão).

Carvalho e Dimenstein (2003, 2004) discutem sobre o modelo de atenção à saúde e o uso de ansiolíticos entre mulheres. As autoras estabelecem uma relação entre a mulher e os serviços de saúde, produzindo-se nesse espaço: “[...] um discurso naturalizado que subjuga a mulher, desconsiderando os modos de existência particulares, as singularidades e a diversidade das maneiras de sentir e pensar de cada sujeito.” (p. 121).

A dependência de drogas revela a heterogeneidade dos usuários, afetando as pessoas de diferentes maneiras e em contextos diferentes. Diante desse fato, faz-se necessário um reconhecimento do usuário em sua singularidade, suas características e demandas, exigindo a busca de novas estratégias de vínculo e tratamento. Porém, a singularidade feminina não é reconhecida, ocasionando a submissão dos sujeitos a um modelo hegemônico centrado no sintoma, na doença.

As formas encontradas para o tratamento dessas mulheres, segundo as autoras, é a “medicalização do mal estar” como forma de controle da tensão gerada nas relações sociais. “Em outras palavras, as pessoas recorrem a calmantes, na esperança de escapar das pressões sociais, familiares ou do trabalho ou para torna-las, ao menos, toleráveis” (CARVALHO; DIMENSTEIN, 2004, p.122).

O problema principal que se discute nesta forma de intervenção e tratamento é a crença de que o problema deve ser abolido da forma mais rápida, sendo que o medicamento transforma-se no bem estar, na saúde ou mesmo na felicidade dessas mulheres. Esta forma de intervenção predomina nos serviços de saúde, impossibilitando as mulheres de um desenvolvimento da capacidade autorreflexiva sobre as reações de seu corpo e de sua sexualidade, e possíveis processos de transformação nas relações estabelecidas com o seu cotidiano (CARVALHO; DIMENSTEIN, 2003, 2004).

Portanto, nesse contexto, a relação estabelecida entre a mulher e os serviços de saúde está marcada por relações de poder, caracterizada pelo ato de prescrever o medicamento, reduzindo a descoberta de outras possibilidades de enfrentamento dos problemas e negando as mudanças adquiridas no processo sócio-histórico para este grupo:

Diante do contexto atual, percebemos que ocorreram mudanças em relação às mulheres no decorrer do tempo, que resultaram em uma diversificação de suas necessidades de atenção. Porém, a assistência dirigida a elas não avançou, não acompanhou a complexidade de sua inserção na sociedade, e por isso, suas necessidades não estão sendo atendidas de forma contextualizadas. A maioria das mulheres tem um cotidiano sobrecarregado de demandas e tarefas, que não é levado em conta no momento do atendimento, e o resultado é um número crescente de mulheres adoecendo e sendo submetidas ao uso de tranquilizantes como forma de suportar as dificuldades de seu dia-a-dia (CARVALHO; DIMENSTEIN, 2003, p.49).

Como apontamos no texto de Zanello, (2010) é notório que as substâncias psicoativas tem efeitos diferenciados nos sujeitos e ocupam diferentes lugares sociais, algumas são mais aceitas e até estimuladas (ansiolíticos) em determinados grupos sociais e outras (drogas ilícitas e o uso abusivo do álcool) tornam-se alvo de críticas e preconceitos para quem as utiliza.

A utilização do medicamento por mulheres é visto como algo natural pela sociedade (CARVALHO; DIMENSTEIN, 2003) e o abuso e dependência de bebidas alcoólicas? E o abuso de dependência de outras substâncias psicoativas?

Na análise de Carvalho e Dimenstein (2003,2004), os profissionais “permitem” apenas o uso de medicamentos para as mulheres, pois o álcool seria “permitido” apenas para os homens – “medicamentos é coisa de mulher”.

Segundo Hochgraf e Brasiliano (2006), o estigma para a utilização de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas é maior para as mulheres. Este subgrupo é mais comumente associado aos estereótipos de maior agressividade, tendência à promiscuidade e falhas no cumprimento do papel familiar. Este processo está associado aos valores morais que foram construídos a partir das concepções religiosas católicas. Isto significa, que o hábito no consumo de determinadas substâncias psicoativas são construídos e transformados historicamente, juntamente com uma valoração moral sobre o ato e sobre o comportamento de determinados grupos.

Historicamente, problemas relacionados ao consumo de álcool e outras drogas eram mais comuns entre os homens, porém as mudanças no papel social da mulher têm determinado a diminuição dessa diferença. Outros aspectos relacionado ao aumento do consumo na população feminina são os estímulos dados às drogas lícitas como álcool, tabaco e anorexígenos pelos meios de comunicação que tendem a veicular o consumo associado à beleza, sedução, sucesso profissional e riqueza (MARANGONI; OLIVEIRA, 2013).

Outro fator relevante é que em muitos casos, o uso de tabaco e de álcool inicia-se precocemente no ambiente familiar ou entre grupos de amigos (MARANGONI; OLIVEIRA, 2013).

O uso social e/ou recreativo do álcool geralmente se dá em locais públicos juntamente com pessoas amigas, mas também com desconhecidos. Quando o uso é abusivo e praticado por mulheres, há uma tendência de o mesmo ser realizado em locais privados, frequentemente no domicílio, como uma forma de ocultamento social (OLIVEIRA; PAIVA, 2007).

Com relação ao uso abusivo do álcool por mulheres, há evidência de que a família procura esconder e negar o fato, encontrando meios para que o problema não saia do âmbito familiar com receios de estigmas e preconceitos sociais (AQUINO, 1997 apud OLIVEIRA; PAIVA, 2007).

No caso das drogas ilícitas, seu uso se dá, geralmente, em locais privados, independente da pessoa usuária ser do sexo masculino ou feminino, devido, sobretudo, a repressões e sanções legais (OLIVEIRA; PAIVA, 2007).

As pesquisas sobre o consumo de drogas por mulheres, datadas do início da década de 1980, em sua maioria, estão centradas no álcool e no tabaco, enfatizam aspectos farmacológicos e efeitos negativos sobre o organismo com destaque para as repercussões à saúde reprodutiva, apresentam uma abordagem condenatória (MINAYO, 1999 apud OLIVEIRA; PAIVA, 2007).

As representações sociais que levam à adesão ou à condenação do uso de drogas dependem do contexto sociocultural e familiar em que a mulher esteja inserida, pois os significados atribuídos ao uso diferem de um grupo para outro, dentro da sociedade, inclusive nas famílias (BRUSAMARELLO et al, 2010 apud MARANGONI; OLIVEIRA, 2013).

2. POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Cerca de 243 milhões de pessoas, ou 5% da população global entre 15 e 64 anos de idade, usaram drogas ilícitas em 2012. Usuários de drogas problemáticos, por outro lado, somaram por volta de 27 milhões, cerca de 0,6% da população adulta mundial, ou 1 em cada 200 pessoas (UNODC, 2014).

Os resultados do II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas foram obtidos através de entrevistas feitas com uma amostra com 4.607 moradores de 149 municípios brasileiros, sendo 9% deles menores de idade. Entre os adultos, um total de 54% dos entrevistados revelou consumir álcool regularmente, ou seja, uma vez por semana ou mais. Entre os participantes do estudo 52% são mulheres e 48% homens (LENAD, 2012).

Em 2012, houve crescimento de 20% do consumo frequente de álcool, quando o indivíduo bebe uma vez por semana ou mais, em relação ao estudo de 2006, quando 45% das pessoas revelaram beber com regularidade. Quando diferenciada a ingestão de bebidas entre homens e mulheres, o percentual dos que consomem álcool com frequência entre os homens saltou de 56% para 64%, e entre mulheres de 29% para 39% da primeira para a segunda análise (LENAD, 2012).

O fenômeno do consumo e uso indevido de drogas vem cada vez mais tomando a atenção dos governantes tanto em nível nacional como internacional, especialmente nas duas últimas décadas, o que fez surgir políticas de atenção aos usuários de álcool e outras drogas. E nesse contexto de preocupação com as drogas e com os paradigmas levantados a partir da reforma psiquiátrica surgem os Centros de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas (CAPS-ad) (LEAL, 2009).

A Política Nacional Antidrogas (PNAD, 2005) oferece diretrizes de como as campanhas e os programas de prevenção devem estar fundamentadas em “pesquisas e levantamentos sobre o uso de drogas e suas consequências, de acordo com a população-alvo respeitadas as características regionais e as peculiaridades dos diversos segmentos populacionais, especialmente nos aspectos de gênero e cultura” (p. 05).

Para os homens o tratamento é visto como um meio de aquisição ou retomada de habilidades pessoais e técnicas para o retorno à vida social, especialmente vinculada ao trabalho, com temas como seguro-desemprego e previdência, por exemplo, sendo uma preocupação comum entre eles. No caso das mulheres, o foco da “reabilitação” encontra-se na

retomada dos vínculos familiares e na adequação social, inspirada por um viés conservador e patriarcal. Além disso, às mulheres cabe o título não só de dependentes, mas também de desarrazoadas, indóceis, presas de ditames naturais e incomunicáveis (PRADO; QUEIROZ, 2012).

No manual do CAPS há uma lacuna importante, no sentido em que não são abordados os procedimentos a serem utilizados no tratamento de álcool e outras drogas de forma específica para homens e mulheres, não trazendo para essa realidade discussão sobre gênero, focalizando apenas as estratégias para o tratamento de ação mista.

O Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (OBID) em um artigo que fala do tratamento direcionado para as mulheres dependentes de álcool/e ou outras drogas, reconhece que o tratamento de uma forma geral, foi direcionado para os homens e que só houve uma adaptação para receber a demanda feminina e que, ainda, tem poucos estudos sobre a dependência química feminina.

Ainda neste artigo, a OBID cita alguns aspectos fundamentais para adaptar o tratamento para as mulheres e ressalta ainda mais a importância desse trabalho em estar socializando as necessidades específicas das mulheres, enquanto usuárias de tratamento para dependência química.

Pratta (2009) afirma que, no caso da dependência química, é necessário considerar e buscar entender qual o significado na mesma na vida de cada indivíduo, uma vez que as histórias de vida são diferenciadas. Além disso, cada um possui formas específicas de representar o processo de saúde e doença, o que implica em olhar para a subjetividade inerente nessa situação, vislumbrando, também, os sentimentos, desejos, as necessidades desse indivíduo, o qual necessita ser encarado como um ser ativo no processo saúde/doença, exigência do novo paradigma de saúde na atualidade. Dessa forma, reitera-se a importância de ver as mulheres dependentes química de forma integral e com as especificidades de sua condição feminina respeitando suas particularidades sócias e culturais.

3.GÊNERO

Estudar a categoria gênero é ir além de um termo usado para diferenciar o sexo feminino e masculino, mas introduzi-lo em um contexto bem mais amplo que permite compreender o ser humano e o ser mulher enquanto inseridos e construídos/constituídos em um processo histórico, social, cultural e econômico, promovendo uma maior visibilidade às particularidades e necessidades de ambos.

O desenvolvimento da teoria do conceito de gênero traz a noção de gênero como conceito social e se refere a relações sociais do ponto de vista das relações de poder e subordinação que se estabelecem entre homens e mulheres, a partir das elaborações culturais sobre o que se supõe que seja homem e mulher.

Nessas relações de poder subtendem-se a dominação por parte dos homens e a subordinação das mulheres, que são forçadas e reforçadas por meio dos aspectos culturais. Desde então, teorias sobre o conceito de gênero têm reforçado cada vez mais que as relações sociais são determinadas pelas relações de gênero. Um dos princípios básicos da categoria de gênero salienta que homens e mulheres não se diferenciam apenas biológica, mas, também, socialmente e que a própria diferença no plano biológico é construída e compreendida através dos recortes de gênero, disponíveis na cultura.

A primeira geração (ou primeira onda do feminismo) representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens. O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado (NARVAZ; KOLLER, 2006).

A segunda fase do feminismo (segunda geração ou segunda onda) ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970, em especial nos Estados Unidos e na França. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada. As propostas feministas que caracterizam determinadas posições, por enfatizarem a igualdade, são conhecidas como “o feminismo da igualdade”, enquanto as que destacam as diferenças e a alteridade são conhecidas como “o feminismo da diferença” (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Nos anos 80 surge a terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda), cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Várias são as discussões sobre o conceito gênero. Castro (1991) chama atenção para o fato de que gênero deve ser visto como uma construção sociológica, político-cultural do sexo. Para tanto, compreende a autora que sexo não deve ser entendido como uma variável demográfica ou biológica, e sim, como uma construção social e histórica.

FONSECA (1995) corrobora, destacando que o sexo, social e historicamente construído, é produto das relações entre homens e mulheres, mas que estas relações, ao contrário do que vem acontecendo, devem revelar condições de igualdade no exercício do poder, para que as mulheres deixem de ocupar posições subalternas e secundárias em relação os homens.

SAFFIOTI (1992) ressalta que, nas relações de gênero estão imbricados relações de poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, sendo dominação e exploração faces do mesmo fenômeno. Como várias as definições de poder, ela considera aquela utilizada por FOUCAULT (1997) como sendo a mais apropriada para a compreensão de gênero, pois o filósofo considera que poder não se adquire, exerce-se, a partir de constelações dispersas de relações desiguais, em campos múltiplos, e móveis de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nem sempre estáveis, de dominação.

Tomando por base essa compreensão, SAFFIOTI (1992) formula a discussão do seguinte conceito de gênero:

Como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica quer, enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas, através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero tem seu lugar (p.187).

Já para SCOTT (1988), gênero é entendido a partir de duas proposições, a primeira, como elemento constitutivo das relações sociais que se baseia nas diferenças percebidas entre os dois sexos e a segunda, como uma forma básica de representar as relações de poder, nas quais as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

Essa afirmação também é percebida na fala de FISCHER & MARQUES (2001), que afirmam que “as relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm caráter excludente. São assimiladas de forma bipolarizada, sendo designada à mulher a condição de

inferior, que tem sido reproduzida pela maioria dos formadores de opinião e dos que ocupam as esferas de poder na sociedade”. (p.02).

O que poderia dissipar essa condição inferior da mulher seriam ações afirmativas que, para Scott (2005), “poderiam ser tomados de forma positiva como um esforço para equilibrar interesses contrários: de direitos e de necessidades; de indivíduos, grupos e do bem coletivo da nação” (p.09). A saúde mental apresenta um grande espaço onde é possível e extremamente necessário pensar a transversalidade de gênero, por meio dessa ação afirmativa. Não é possível pensar a igualdade de gênero numa perspectiva de que todos são iguais e que homens e mulheres não apresentam especificidades próprias de cada universo (construído e constitutivo). Negar a existência destas especificidades, neste caso, constitui-se como mais uma forma de validação destas desigualdades e em sua invisibilização.

Scott (1989) utiliza o “termo gênero para explicar as relações de poder que existem nas relações entre mulheres e homens, que foram construídas ao longo da história e que ainda estão presentes nos nossos dias. As relações de gênero são construídas e mantidas na sociedade por meio de símbolos, normas e valores, instituições e a subjetividade que abrange a cultura e costumes de uma sociedade que são repassados de geração em geração. Ao longo da história sofreram modificações ou são reafirmados como forma de manter as relações de poder”.

Pretendo analisar gênero através de uma descrição sistemática do papel e relação que a mulher dependente química vivencia no âmbito social, familiar e institucional, e como que é vista e descrita na literatura científica.

4.METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

O tipo de estudo realizado foi uma pesquisa bibliográfica descritiva que consistiu em “recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou ideia” (BARROS; LEHFELD, 1986). A abordagem que dada ao assunto foi de natureza qualitativa, abordagem esta que permitiu “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis e compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON, 1999).

Minayo (1999) assinala que “o enfoque qualitativo torna-se evidente na escolha do fenômeno estudado, na forma em que as questões são apresentadas, na maneira de coletar e analisar os dados e na forma de interpretar os resultados”. Complementa que “a pesquisa qualitativa se preocupa nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com o universo de significados”, ou seja, motivos, aspirações. Crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

4.2 COLETA DE DADOS

Foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos em duas plataformas de periódicos científicos latino-americanos nos últimos 10 anos (2004 -2014): SciELO e LILACS, sucessivamente. Para tanto, foram criados dois grupos de descritores. O primeiro foi composto pelos termos "gênero" e "mulher". O segundo grupo, por seu turno, foi composto por 10 descritores: "álcool", "drogas", "maconha", "cocaína", "crack", "ansiolíticos", "antidepressivos", "benzodiazepínicos", "psicotrópicos" e "medicamentos". Cada um dos descritores do primeiro grupo foi cruzado com todos os do segundo, resultando em 20 buscas, repetidas exatamente na mesma ordem em todas as plataformas.

O levantamento bibliográfico foi realizado em dois momentos. Primeiro foram feitas as 20 buscas nas plataformas, e em cada uma delas foi anotado o número total de resultados apresentados pela plataforma, antes da análise dos resumos – todas as 20 buscas nas duas plataformas totalizaram 1488 resultados: 464 no SciELO, 1024 no LILACS.

Os artigos escritos sobre população brasileira e em revistas brasileiras foram mantidos e o restante descartados. Somente os artigos no idioma português foram analisados.

Como o foco da pesquisa foi sobre o USO das drogas, artigos que falavam sobre a substância em si e plantas, também foram excluídos. Assim como os artigos que abordavam o uso de drogas entre crianças e adolescentes, visto que esta faixa etária possui especificidades interseccionais que escapam ao escopo deste trabalho. Foram mantidos, portanto, os artigos cuja população estudada eram adultos/idosos mulheres e mulheres/homens. A partir disto, restaram 32 artigos: 16 no SciELO e 16 no LILACS. Os mesmos foram submetidos a uma análise minuciosa, com a leitura completa de cada um deles.

Após a leitura dos 32 artigos, foram retirados aqueles que não utilizavam o gênero como uma variável efetiva no estudo, ou seja, aqueles que falavam apenas do “sexo” dos sujeitos ou não relacionavam uso de drogas com gênero, sobrando apenas 15, os quais foram utilizados na presente pesquisa. A partir da leitura dos 15 artigos encontrados, foram coletados dados quanto à distribuição de acordo com a região, ano de publicação, sexo dos pesquisadores, natureza do trabalho (teórico ou prático) e temas dos artigos.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

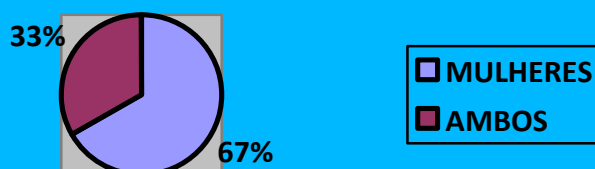
Em uma primeira análise, foram lidos os resumos e selecionados os artigos que, a um primeiro olhar, pareciam relevantes à proposta do presente estudo, de acordo com critérios pré-determinados, a saber: artigos que foram publicados entre os anos de 2004 à 2014 no Brasil (teses e dissertações não foram consideradas) e que abordavam uma intersecção de temas entre o uso de drogas lícitas e ilícitas entre mulheres e as questões de gênero. É imprescindível destacar que, nesta etapa, também foram retirados os artigos repetidos, assim, foram retirados todos os repetidos do SciELO. Depois no LILACS, todos os que já haviam aparecido no SciELO e repetidos do próprio LILACS. Resultando em 217 artigos no SciELO e 570 no LILACS.

A análise qualitativa se deu através da leitura minuciosa dos artigos e levantamento dos temas encontrados. Foram eles: uso do álcool e tabaco entre as mulheres; uso de medicamentos alopáticos por mulheres adultas/ idosas; o uso de Drogas durante a Gestação e especificidades do uso de drogas e vulnerabilidades nas perspectivas de gênero.

6. RESULTADOS

Do total de 15 artigos, doze foram publicados na região Sudeste, três na região Nordeste, e não foram encontrados artigos publicados nas regiões Sul, Centro-Oeste ou Norte.

Quanto ao tipo de instituição realizadora da pesquisa, as 15 eram de universidades públicas.



Acima estão representados os sexos dos pesquisadores para cada um dos artigos – 10 foram escritos por uma ou mais mulheres e cinco foram escritos por dois ou mais pesquisadores de ambos os sexos. Não houve estudo escrito só por homens. Notou-se assim uma grande prevalência de pesquisadoras do sexo feminino em estudos relacionados a gênero. Os dados sugerem uma maior sensibilidade de pesquisadoras para as invisibilidades de gênero que cercam o tema específico do uso de drogas por mulheres.

A distribuição do total das 15 publicações no tempo foram espaçadas nos 10 anos anteriores ao início do presente estudo. Três publicações em 2012, duas em 2007 e 2014, e uma publicação em cada um dos anos restantes (2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2013).

Pôde-se perceber uma prevalência significativamente maior de trabalhos empíricos dentre os artigos encontrados, com 12 das publicações sendo desta natureza – ou seja, contando com entrevistas, aplicação de questionários, estudos de caso, entre outros. Apenas três eram trabalhos teóricos, sendo levantamentos bibliográficos e revisões teóricas. Este dado aponta para uma necessidade de expansão do campo teórico para o desenvolvimento de teorias acerca do tema de gênero aplicado ao uso de drogas, de modo que haja um maior suporte epistemológico para a realização de trabalhos empíricos nesta área.

A partir da leitura e análise dos artigos completos, foi possível levantar os temas presentes neles: o uso do álcool e tabaco entre as mulheres; o uso de medicamentos alopáticos por mulheres adultas/ idosas; o uso de drogas durante a Gestação e as especificidades do uso de drogas e vulnerabilidades nas perspectivas de gênero.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Estudos que abordaram o uso do álcool e tabaco entre as mulheres

Neste tema foram encontrados seis artigos (CESAR, 2006; MONTEIRO, 2011; CAMPOS; REIS, 2009; NOBREGA; OLIVEIRA, 2005; OLIVEIRA et al, 2012; BORGES; BARBOSA, 2009)

No estudo de Cesar (2006) objetivou apresentar os resultados parciais de um estudo qualitativo realizado com mulheres alcoolistas para discutir as peculiaridades do alcoolismo feminino e a importância do seu significado nos serviços especializados. Para tanto foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com nove mulheres que se tratavam no serviço de alcoolismo de uma instituição pública. As entrevistadas tinham idades entre 40 e 52 anos e perfil socioeconômico diferenciado. Com relação ao local onde bebiam, 90% declararam beber no âmbito da esfera privada e diferenciaram esse comportamento do beber na esfera pública. Setenta por cento afirmaram ter sofrido algum tipo de violência física/sexual na infância e/ou adolescência por parte de parente próximo. Desses 70%, duas começaram a beber na infância; três na adolescência e uma, na idade adulta. Seis das nove mulheres entrevistadas eram casadas ou foram casadas, sendo que cinco delas tiveram parceiros (maridos ou não) alcoolistas. Oitenta por cento das casadas sofreram violência doméstica e sexual por parte dos companheiros e todas haviam sofrido algum tipo de violência sexual/física na infância ou na adolescência. A possibilidade de ter controle sobre o beber foi trazido por 40% das mulheres. Entre as situações exemplificadas sobre esse controle, o período de gravidez e amamentação dos filhos foi o ponto comum. Ou seja, nesses períodos, as mulheres diminuam ou paravam o uso de drogas. Verificou-se maior adesão ao tratamento após a criação de um espaço de tratamento diferenciado para mulheres.

A percentagem alta de mulheres que bebem privadamente não atesta que mulheres alcoolistas não bebam em público. Porém, a representatividade dada por elas ao beber na esfera privada, como o comportamento que revela o seu alcoolismo, parece apontar uma particularidade do beber feminino. Apontam estilos de desvios de gênero em que o comportamento dos homens alcoolizados seria um com reações para fora, externalizado, enquanto que as mulheres tenderiam a um comportamento mais retraído, ficando menos expostas e internalizando emoções. Outro aspecto a considerar seria a preservação da auto-imagem, relacionada ao preconceito diante das mulheres que bebem: cobrança diante dos

papéis a cumprir, como no caso da maternidade, ou posturas não consideradas femininas socialmente (ROBBINS; MARTIN, 1993 apud CESAR, 2006)

O Segundo estudo, de Monteiro et al, (2011) tratou-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, com o objetivo de descrever e analisar os relatos de mulheres em uso prejudicial de bebidas alcoólicas. A pesquisa foi desenvolvida em comunidade da zona rural de Teresina (PI). Os dados foram obtidos a partir de entrevista semiestruturada com 10 mulheres no período de julho a outubro de 2009 e trabalhados através da análise de conteúdo. Os resultados mostraram uma trajetória de vida sofrida, desde a infância permeada por alcoolismo. Neste sentido, destacaram a convivência com familiares alcoolizados desde a infância, ora mostrando o pai como consumidor, ora a mãe como vendedora e/ou consumidora. As amigas, residência próxima a bares e más condições de trabalho contribuíram para o consumo de bebida alcoólica. As mulheres relataram a aquisição de bebidas alcoólicas como prioridade e reconheceram suas manifestações orgânicas, influenciando na rotina e desempenho profissional. Outro dado importante encontrado nesse estudo foi quanto ao local de preferência para o consumo de bebida alcóolica. Os locais preferidos para o consumo pela maioria das entrevistadas eram os bares. Entretanto, algumas depoentes do estudo relataram beber em família ou sozinhas demonstrando uma preocupação maior quanto à exposição social e preservação da autoimagem:

Costumo beber mais em casa, não bebo mais em bar. [...]. Homem bêbado já é feio, imagine mulher caíndo.

O terceiro artigo do tema o uso de álcool e tabaco entre as mulheres foi realizado por Campos & Reis, (2010). O objetivo deste trabalho foi compreender as representações e os significados elaborados sobre o uso de álcool por mulheres em tratamento no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), localizado na cidade de São Paulo-Brasil. Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com mulheres que faziam uso considerado abusivo de álcool. Para essas mulheres, as representações sobre o uso do álcool estavam ligadas às relações familiares, profissionais e de gênero, que definem os modos de classificação do uso do álcool concebidos como socialmente aceito e como abusivo e, por essa via, acionam um sistema de acusações, que envolve os valores próprios do universo sociocultural no qual estão inseridas, identificando-as como “mulheres que abusam do álcool”, isto é, mulheres que não cumprem suas obrigações sociais nas esferas da família e do trabalho. Os sentidos da alcoolização das mulheres apontaram para a definição do beber abusivo como uma transgressão, que rompe com as normas que regem o beber socialmente

aceito, conduzindo-as a perda do controle sobre o uso de bebidas alcóolicas e, conseqüentemente, sobre si mesmas.

O quarto artigo tem como autores, Nobrega & Oliveira, (2005), cujo objetivo do estudo foi conhecer a história de vida da mulher usuária de álcool, inserida em tratamento especializado para dependência química auto-referida. Tratou-se de pesquisa qualitativa, utilizando como estratégia metodológica a "história de vida", realizada no período de maio a agosto de 2000. Participaram do estudo 13 mulheres em tratamento em ambulatório especializado de tratamento e pesquisa em álcool e drogas devido ao consumo alcóolico. As leituras das entrevistas transcritas permitiram identificar as seguintes categorias: 1) Trabalho e lazer antes do uso nocivo e a dependência ao álcool; 2) Perda do controle sobre a bebida e o surgimento de comprometimentos clínicos, sociais e familiares; 3) Percepção dos prejuízos e a busca de tratamento especializado; 4) Necessidade de voltar a acreditar em si mesma; 5) Acolhimento e respeito ao tratamento especializado e; 6) (Re)aprendendo a viver: lidando com a dependência. O ambulatório onde foi realizado o estudo contava com atendimento em grupo destinado apenas às mulheres, sob coordenação de profissional do sexo feminino. Foram trabalhadas questões referentes à dependência/abstinência do álcool, baixa auto-estima, comprometimentos sociais; papel social e o treinamento de estratégias para manutenção da abstinência. Levou-se em consideração que as mulheres apresentam quadros peculiares ao gênero, necessitando de abordagens distintas para se recuperarem. Relatos de sentimentos de acolhimento e respeito na chegada ao tratamento corroboraram com resultados da literatura, que apontam a importância de ambiente favorável, com menos barreiras estruturais e sociais, que possibilitem não apenas a entrada, como também a adesão da mulher usuária de álcool e outras drogas ao tratamento. Considerou-se como fundamental que os profissionais de saúde, ao abordarem essa clientela devam abster-se de atitudes preconceituosas.

O quinto artigo, de Oliveira et al, (2012) tratou-se de um estudo descritivo, exploratório. Objetivou caracterizar as mulheres atendidas em um Hospital de Ensino do Noroeste do Paraná, por abuso de álcool, nos anos de 1999 a 2008, segundo variáveis sociodemográficas e dados da intoxicação. Dos 823 atendimentos, a faixa etária mais frequente foi dos 20 aos 49 anos (58,32%). 13 (1,58%) mulheres estavam grávidas; 12,5% apresentavam de 9 a 12 anos de estudo. Os destilados foram a principal bebida utilizada, e a ingestão foi mais prevalente no período noturno. Cerca de 156 (18,96%) mulheres necessitaram de internamento hospitalar. Evasão hospitalar foi observada em 8,5% dos casos. Concluiu-se que a população feminina representa um subgrupo da população suscetível ao abuso do álcool, e, com o perfil descrito neste estudo, foi possível descrever as áreas de

impacto na saúde da mulher, possibilitando a implementação de medidas preventivas para diminuir a ocorrência, as complicações e a reincidência nessa população.

Acerca do uso do tabaco entre as mulheres, encontramos 1 artigo. O estudo de Borges & Barbosa, (2009), que, a partir de extensa revisão bibliográfica do tema tabagismo feminino, propôs, para melhor compreensão desta questão, a adoção de referências conceituais das ciências sociais, em particular da categoria gênero, visando subsidiar abordagens mais integrais e abrangentes na cessação e prevenção do tabagismo em mulheres. No cenário epidemiológico do tabagismo, identificaram-se três tendências - pauperização, feminização e juvenilização – que confirmam o quanto muitos dos agravos à saúde feminina estão relacionados às desigualdades sociais e de gênero. A dimensão de gênero é relacionada ao tabagismo feminino através das “patologias de protesto” femininas que, historicamente, expressam insatisfações e contradições sociais vivenciadas pelas mulheres. O estresse provocado pela dupla jornada de trabalho e salários, pela violência doméstica ou mesmo por questões estéticas impostas pelos padrões de beleza vigentes na sociedade atual, podem também levar à iniciação do fumar e reforçar a manutenção do cigarro. Concluiu-se que o significado construído pelas mulheres sobre o cigarro tem forte conexão com as formas com que as relações de gênero estão organizadas na sociedade atual, assim como nas suas relações com os serviços de saúde, advogando-se a necessidade de abordagens mais amplas e integrais da saúde feminina, incluso no tabagismo.

Levando em consideração os seis artigos levantados no tema uso do álcool e tabaco entre as mulheres, podemos destacar alguns pontos em comum entre eles: a infância marcada pelo alcoolismo de familiares; o uso de bebida alcoólica desde a infância; a trajetória de vida marcada por violência física/ sexual; representações do uso do álcool e tabaco regido por regras e normas e marcadas pelas relações de gênero nas quais as mulheres estão envolvidas; e, também, os prejuízos físicos causados pelo uso/ abuso de álcool e tabaco.

A porcentagem de mulheres que sofreram algum tipo de violência na infância/ adolescência casadas com companheiros alcoolistas encontra-se de acordo com os estudos de Gomber(1981 apud Cesar, 2006), cujos achados indicam que mulheres vítimas de abuso físico ou sexual tendem a se casar com homens alcoolistas.

Quanto ao uso do álcool regido por regras e normas, evidenciamos também no estudo de Zalaf & Fonseca, (2009), em uma pesquisa da Universidade de São Paulo, na qual as mulheres manifestaram preocupação com a imagem perante a sociedade, devido ao preconceito em relação às mulheres usuárias de álcool e drogas, justificado pela exigência da sociedade na preservação da imagem e da moral.

Em estudo sobre as relações de gênero e violência, Fonseca (2004) aponta que, entre as mulheres, associadas ao papel de “esposa” e “mãe”, também se encontra a possibilidade de construção da própria ideia de honra, aqui “entendida como o esforço em enobrecer a própria imagem segundo as normas socialmente estabelecidas” (Fonseca, 2004, p.15). Ou seja, uma mulher “honrada” deve ser uma mãe devotada e uma “dona de casa” que zela pelos filhos e marido.

Acrescenta-se a esse achado, o estudo de Laranjeira et al (apud Oliveira, 2012), no qual as mulheres adultas brasileiras alegaram beber mais em casa, e na balada/bar. E ressaltou que quanto mais jovens, iniciando pela faixa etária dos 18 aos 24 anos, a balada foi a mais citada, diminuindo gradativamente até a faixa etária acima dos 60 anos que apresentou índices inversamente proporcionais, ou seja, bebiam mais em casa.

No tocante as representações do uso de bebida alcoólica, Campos, (2005) problematiza afirmando que para o homem alcóolatra, o uso considerado abusivo de álcool provoca a deterioração física e moral, comprometendo a responsabilidade moral no cuidado de si e de sua família, expressa na representação de “homem provedor”. No entanto, as implicações desse uso para as mulheres são marcadas pela assimetria, hierarquia e desigualdade, própria das relações de gênero vividas no interior da família.

Com relação aos efeitos do álcool na mulher encontramos na literatura que o consumo abusivo trás consequências em vários aspectos, que incluem miocardiopatia e lesão cerebral. A hepatite alcoólica quase sempre progride para cirrose, inibição da ovulação, diminuição da fertilidade e vários problemas ginecológicos e obstétricos (LARANJEIRA. 2010).

Vale destacar a fala de uma mulher de um dos artigos analisados do tema uso de álcool e tabaco entre mulheres, que diz respeito à ingestão de bebida alcoólica na gestação, assim, ressalta que embora as entrevistadas tenham conhecimento dos malefícios do consumo do álcool durante a gravidez, nem sempre elas deixam o uso:

Mesmo grávida bebo e fumo, mas diminui mais [...] do jeito que eu era, já diminui, foi muito por causa da gravidez. Quando nascer, tem que parar, é o jeito, por causa da criança (extraído da pesquisa de Monteiro et al, 2011).

Por outro lado, em outro estudo, a abstinência observada no período de gravidez e amamentação dos filhos sugere que aspectos relacionados à diferença de gênero no alcoolismo podem afetar o comportamento de beber. A função social da mulher enquanto cuidadora poderia funcionar como freio para o ato de beber (ROBBINS; MARTIN apud CESAR, 2006).

Podemos concluir com esses achados a mulher assume diversos papéis na sociedade (mãe, filha, esposa, profissional), que pode sofrer interferência importante decorrentes do uso

excessivo do álcool, levando a prejuízos no desempenho desses papéis. A visão da sociedade frente ao alcoolismo feminino é bastante agressiva, a mulher é considerada mais imoral, com comportamento inadequado, sofre com a estigmatização e acaba por procurar tratamento com menos frequência do que os homens, o que lhes acarreta mais comprometimento ao longo do uso.

Mediante estes estudos, a partir do entendimento das questões de gênero no fumar feminino e no uso do álcool pelas mulheres, vimos que este assume um aspecto particular relacionado às relações de gênero vivenciadas por elas dentro da família, no trabalho e na sociedade. Assim, tendo em vista essa situação, faz-se necessário pesquisar novas estratégias de prevenção e de abordagens terapêuticas direcionadas às mulheres, levando-se em conta o grande contingente de mulheres em uso/ abuso de álcool e tabaco.

Estudos que abordaram o uso de medicamentos alopáticos pelas mulheres adultas/ idosas

Com essa temática foram encontrados três estudos que relacionam o uso de medicações alopáticas com o viés de gênero: (CARVALHO; DIMENSTEIN, 2004; NETTO et al, 2012; MENDONÇA et al, 2008).

O estudo de Carvalho & Dimenstein, (2004) objetivou discutir dependência química de ansiolíticos em mulheres, tomando como eixo de análise a relação que se estabelece entre a mulher, o medicamento e o serviço de saúde. A população estudada foi composta de dezessete mulheres usuárias de ansiolíticos que utilizavam o serviço público de Natal, Rio Grande do Norte. O instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada, com a técnica de análise das práticas discursivas. Considerou-se que o tipo de atendimento prestado à mulher, ou seja, a produção de serviços de saúde voltada para essa clientela e sua utilização contribui, sobremaneira, para o uso indiscriminado desses medicamentos e conseqüentemente para o fenômeno da dependência. O medicamento mais utilizado pelas mulheres entrevistadas foi o Diazepam, assim, doze usavam esse medicamento, enquanto as outras cinco usavam outras marcas de ansiolíticos (Frontal, Lexotam, Lorax, Tranquilizene e Diempax). Concluiu-se que é importante investir na criação de condições, de espaços, para que as mulheres possam construir novos sentidos para o seu cotidiano. Assim, é preciso possibilitar uma expansão do seu campo subjetivo, a fim de que possam perceber o lugar ocupado pelo medicamento em suas vidas. Para tanto, não se trataria de fazer com seu uso seja eliminado, o que seria uma atitude além de impossível, irresponsável. Mas que devemos lutar para que o ansiolítico seja retirado da posição de “objeto mágico”, concepção que impede essas mulheres de terem uma

compreensão e um comprometimento no que se refere à sua saúde e à sua doença. Para as autoras, no momento em que o significado atribuído ao ansiolítico for reconstruído, ou seja, quando ele não for mais visto como “a força” que elas precisam para suportar os seus sofrimentos cotidianos, é possível que elas possam mudar de posição em relação à percepção dos seus sofrimentos. Isso significaria uma tomada de consciência, no sentido de entender e procurar alternativas para os problemas que as fazem adoecer, tornando-se verdadeiros sujeitos de mudanças, de transformação.

No segundo estudo, Netto et al (2012), avaliou a utilização de benzodiazepínicos e antidepressivos em pacientes atendidos pelas farmácias do sistema único de saúde (SUS) de Ribeirão Preto- São Paulo. O estudo pode ser classificado como descritivo, retrospectivo e observacional, realizado no Distrito de Saúde Oeste de Ribeirão Preto-SP, com população estimada de 140.000 habitantes. Foram incluídos 5.946 usuários que receberam benzodiazepínicos e/ ou antidepressivos, pelo menos em uma oportunidade, junto às farmácias do sistema público de saúde durante o período de 01/05/2006 a 30/11/2006. A prevalência de utilização de psicotrópicos, nessa população, foi de 5,7%, com predominância do sexo feminino. Dos usuários identificados no estudo, 26,5% utilizaram apenas benzodiazepínicos, enquanto que 55,5% somente antidepressivos durante o período do estudo, sendo que os demais pacientes (18,0%) realizaram tratamento farmacológico combinado entre as duas classes de medicamentos. Dos indivíduos que receberam benzodiazepínicos, a monoterapia foi prescrita para 99,3%, sendo o diazepam o fármaco mais utilizado desta classe. A aderência dos usuários ao tratamento, avaliada segundo a frequência de retirada destes medicamentos junto às farmácias, foi reduzida. As doses prescritas dos antidepressivos e benzodiazepínicos foram semelhantes para adultos e idosos. Diante dos resultados, os autores evidenciaram a necessidade de intervenção para racionalizar a utilização dos psicotrópicos junto ao serviço público de saúde brasileiro.

O último estudo encontrado com o tema, Mendonça et al, (2008), teve como objetivo investigar a interação entre gênero, envelhecimento e consumo particularizado de calmantes (benzodiazepínicos), procurando entender como, dentro do processo de medicalização da sociedade, essa interação interfere nos modos de utilizar e nas concepções sobre os calmantes e como são (re)significados pelas consumidoras. No estudo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 18 mulheres idosas, que a partir de uma análise qualitativa foram interpretadas, à luz dos enfoques teóricos de gênero, transição de idades e medicalização. Essas mulheres eram pertencentes a classes populares da cidade de Ribeirão Preto-SP, pacientes psiquiátricas do serviço público ambulatorial do Núcleo de Saúde Mental, vinculado

ao Centro de Saúde Escola da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP). Observou-se que o consumo de calmantes é intensificado entre as mulheres idosas, que passam a tratar conflitos e questões cotidianas por meio do uso de medicamentos.

O medicamento passa a ocupar um lugar fundamental e imprescindível na vida de muitos indivíduos. Isso ocorre porque o medicamento, ao eliminar os sintomas da ansiedade, passa a ser visto como a maneira mais fácil e rápida de enfrentar os problemas do cotidiano. Assim, as autoras supracitadas, afirmam que essas mulheres viviam em um estado de dependência psicológica e social bem mais grave do que o estado de dependência aos tranquilizantes. Ademais, foi encontrado que a dimensão social do consumo de calmantes se mostra ao verificarmos sua utilização como mecanismo mantenedor da disciplina do corpo, exigida pela sociedade. Assim, consumir calmantes é verificado como um meio de controlar as ações e as atividades diárias da mulher, como cuidar dos filhos, do marido e do trabalho doméstico, regulando seus horários de dormir, de acordar e as emoções, as irritações.

Percebemos com os achados encontrados, que esses artigos apontam para o consumo de medicamentos como alívio para tensões; como uso decorrente de sobrecarga de tarefas, e que este também assume um papel de mercadoria. Assim, o medicamento passa a ocupar um lugar imprescindível na vida das mulheres, isso por que ao eliminar os sintomas da ansiedade passa a ser visto como a maneira mais fácil e rápida de enfrentar os problemas do cotidiano, fazendo-as viverem em um estado de dependência psicológica e social bem mais grave do que o estado de dependência dos tranquilizantes.

Esses achados encontram apoio na literatura, à medida que o medicamento assume essa conotação de mercadoria, assume também, de acordo com Barros, (1983 apud Carvalho; Dimenstein, 2003), um duplo papel, ao satisfazer ao mesmo tempo os interesses do capital, e do modelo de saúde hegemônico que orienta a prática médica. A partir da ideia generalizada de solução, ele satisfaz as expectativas do paciente e do profissional, quando da prescrição, momento que se transformou na parte mais importante da consulta.

Com relação a sobrecarga de tarefas, encontramos o estudo de Carvalho & Dimenstein, (2003) que reforça o que foi encontrado nos artigos do tema uso de medicamentos alopáticos pelas mulheres adultas/ idosas. Nesse estudo, os autores falam que, apesar da mulher ocupar um importante lugar no mercado de trabalho, e ter também uma participação política cada vez mais atuante, as condições de emprego são muitas vezes precárias e desiguais em relação aos homens, assim como as remunerações. Além desses prejuízos, muitas mulheres assumem um acúmulo de atividades, com dupla jornada de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento

de muitos problemas de saúde. Dessa forma, a determinação do seu processo de saúde/doença está intimamente ligada às condições enfrentadas por elas em seu cotidiano, e às relações hierarquizadas de gênero – ou seja, relações de poder, de conflito e violência, seja na família, no trabalho, ou nas instituições de saúde

Ainda no estudo de Carvalho & Dimenstein, (2003), o uso do medicamento representa, para muitas mulheres, algo imprescindível no enfrentamento de seus problemas. O ansiolítico funciona, portanto, como um vigia permanente do desespero dessas mulheres, renovado a cada dia, passando a ser um instrumento na luta contra suas angústias e desequilíbrios emocionais provocados pelas situações geradoras de tensões. Ao ingerir o ansiolítico, elas esperam que o medicamento sufoque a sua dor, os seus medos, e lhe traga uma sensação de segurança. Junto com suas carências aparecem sentimentos de preocupação e ansiedade, que são amenizados pelo uso do medicamento.

Verificamos então, que a constituição social das mulheres dos estudos analisados, contribui para que o consumo de calmantes seja particularizado, contextualizado, tendo como motivo as dificuldades relacionadas às condições socioeconômicas, ao envelhecimento e ao gênero (papel como mulher, mãe, esposa, trabalhadora doméstica).

Em vista disso, conhecer os diversos grupos sociais, interpretar e compreender seus sintomas tendo em vista os papéis sociais nas quais as mulheres estão inseridas é relevante para evitar que os medicamentos produzam o oposto de sua função, provocando malefícios à saúde.

Estudos que analisaram o Uso de Drogas durante a Gestação

Foram encontrados três estudos com esse tema: (MARANGONI; OLIVEIRA, 2012; KASSADA et al, 2014; MARANGONI; OLIVEIRA, 2013).

O estudo de Marangoni; Oliveira, (2012) consistiu em uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo com objetivos de descrever a história de vida de uma mulher usuária disfuncional de drogas de abuso há 18 anos e verificar fatores que a levaram à iniciação e manutenção do uso de drogas ao longo da vida. Foi realizada análise da ficha epidemiológica de ocorrência toxicológica, arquivada em um centro de informação e assistência toxicológica da Região Noroeste do Paraná e utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada. O depoimento, prestado às autoras durante visita domiciliar, foi gravado em mídia digital, analisado por meio da análise de conteúdo e agrupado em duas categorias. Entre as situações

vivenciadas na história de vida destacaram-se a baixa escolaridade, o comportamento aditivo, a multiparidade e os múltiplos parceiros, os conflitos no núcleo familiar e a violência doméstica, além do envolvimento com o tráfico de drogas e conflitos com a Justiça. No relato da entrevistada foram identificados no ambiente familiar vários eventos desfavoráveis que podem ter atuado como fatores indutores ao uso de drogas, com destaque para o comportamento aditivo na família e a cultura familiar do uso de drogas.

Corroborando com os achados acima, o Senad, (2010) expõe que:

A complexidade dos fatores que geram o início do uso de drogas e o desenvolvimento da dependência sofre influências de situações vivenciadas na história de vida do indivíduo- por exemplo, um familiar, um amigo ou colega que age como facilitador da dependência e cujas ações tendem a perpetuar essa dependência, retardando o processo de recuperação e levando ao prejuízo psicológico e social.

O segundo artigo encontrado com o tema, Kassada et al, (2014) objetivou identificar percepções e práticas de gestantes atendidas na atenção primária frente ao uso de drogas de abuso. Pesquisa descritiva de abordagem qualitativa desenvolvida com 25 mulheres usuárias de drogas. Os dados foram coletados em julho de 2012 em Maringá - PR, por meio de entrevista aberta e submetidos à análise de conteúdo. As gestantes relataram dificuldade em abandonar o uso de drogas e que as informações, sobre isto, durante a assistência pré-natal são insuficientes. Observou-se que algumas sentiam medo e culpa decorrente da possibilidade de agravos ao feto e outras não se preocuparam com esta possibilidade e ainda, que as usuárias de drogas ilícitas sentiam-se julgadas e não apoiadas pelos profissionais. Nesse estudo também foi evidenciada a existência de tratamento diferenciado, conforme o tipo de droga utilizada, sendo que as gestantes usuárias de drogas lícitas referiram se sentir apoiadas e estimuladas a buscar estratégias para enfrentar o vício, enquanto as usuárias de drogas ilícitas, além de se sentirem discriminadas, referiram que não foram apoiadas. Concluiu-se que é necessário sensibilizar os profissionais que fazem o acompanhamento pré-natal sobre a importância de acolher, esclarecer, orientar e apoiar gestantes usuárias de drogas, com vistas a promover uma assistência pré-natal qualificada e a redução de danos.

O terceiro artigo encontrado com o tema foi o de Marangoni & Oliveira, (2013), que teve como objetivo identificar e discutir fatores desencadeantes do uso de drogas em mulheres. Um estudo qualitativo de caráter descritivo com 12 mulheres provenientes de três municípios do Paraná, notificadas a um centro de assistência toxicológica nos anos 2008 a 2010. Os dados foram coletados da ficha de Ocorrência Toxicológica dos prontuários, e do roteiro para entrevista semiestruturado aplicado durante visita domiciliar e analisados por

conteúdo temático. A maioria era da raça/cor parda, estava entre 17 e 33 anos e convivia em união estável. Os fatores desencadeantes do uso de drogas estavam relacionados às características individuais das mulheres e aspectos socioculturais. Destacaram-se a faixa etária precoce, baixa escolaridade, baixa inserção no mercado de trabalho, conflitos intrafamiliares e o uso e tráfico de drogas pelos companheiros e parentes. Verificaram-se vínculo afetivo fraco, com dinâmica familiar inadequada. Amigos, familiares e companheiros favoreceram o comportamento aditivo.

Analisando esses estudos acima destacamos o uso de drogas pelos parceiros; conflitos intrafamiliares; inexistência ou ineficácia de informações durante o pré-natal pelos profissionais de saúde. Esse último encontra apoio no estudo de Yamaguchi, (2008), ao afirmar que os cuidados à gestantes dependentes de álcool e outras drogas é complexo e exige competências técnicas e psicossociais dos profissionais de saúde. E, ainda, que, a principal barreira no acompanhamento das mulheres dependentes é o preconceito e, quando estão grávidas, esse preconceito se multiplica, por isso elas tendem em não relatar o consumo de drogas durante a gestação.

Outros estudos corroboram com o foi dito acima, os modos como a sociedade julgam os usuários de drogas faz surgir sentimentos que, às vezes, impede as gestantes usuárias de admitirem o problema, tendo como consequência, a não procura por ajuda ou procura tardia nos serviços de saúde (FREIRE, 2009; MARANGONI, 2012).

Com relação aos conflitos e o uso de drogas pelos companheiros, é ratificado pelo estudo de Marangoni & Oliveira, (2007), o baixo vínculo familiar e os conflitos, representados pela presença de violências física e psicológica, e relações amorosas com companheiros que faziam uso e realizavam tráfico de drogas foram determinantes para o uso/continuidade do consumo e exclusão social das mulheres.

Ainda, nesse mesmo estudo dos autores supracitado, encontramos que o envolvimento precoce com as drogas favoreceu a prática da prostituição e o envolvimento com tráfico de drogas e com pequenos traficantes para garantir o fácil acesso às drogas, gerando uma cascata de acontecimentos com relação direta entre si. A prisão decorrente desses acontecimentos ocorreu em vários momentos na vida das mulheres, e a multiparidade, com entrega espontânea ou compulsória dos filhos para adoção, podem ser determinantes para a negação da gravidez, seja pela baixa autoestima consequente dos acontecimentos, pela baixa vinculação à maternidade ou, por uma "cultura" entre as usuárias de compromisso maior com o grupo de usuários (MARANGONI & OLIVEIRA, 2007).

Todos esses estudos mostram as peculiaridades das mulheres usuárias de drogas, e a particularidade de se estar grávida, sendo/ continuando o abuso de drogas. Assim, faz-se necessário sensibilizar os profissionais de saúde que realizam as consultas de pré-natal sobre a importância de esclarecer e orientar as gestantes sobre o uso de drogas de abuso, de modo a sensibilizá-las sobre a importância de interromper o uso, durante a gravidez, e ao mesmo tempo ajudá-las nessa empreitada. Bem como, individualizar cada gestante, tendo em vista as questões de gênero que perpassam o ser mulher e gestante.

Estudos que abordam o uso de drogas, suas especificidades e vulnerabilidades nas perspectivas de gênero

Foram encontrados três estudos com esse tema: (RAMIRO et al, 2014; OLIVEIRA; PAIVA, 2007; OLIVEIRA, et al,2007).

No artigo de Ramiro et al, (2014) objetivou problematizar, a partir de revisão bibliográfica, as implicações das questões de gênero e das situações de vulnerabilidade no consumo de crack. Utilizaram as bases de dados LILACS, PUBMED E PSYCINF, localizando 114 artigos, dos quais 20 foram selecionados. Nas suas análises foram encontrados como fatores de risco para o desenvolvimento do abuso ou dependência de substâncias psicoativas estão: vitimização na infância, familiares usuários de drogas, estressores ambientais (exposição a eventos traumáticos), falta de conhecimento acerca das drogas, identidade de gênero (ser mulher), uso de drogas pelos pares, fatores genéticos, baixa escolaridade, pobreza, cor (negra), bem como a presença de outras comorbidades psiquiátricas. Por sua vez, como fatores de proteção, os mais mencionados nos artigos foram: religião, identidade étnica positiva, religião e papéis de gênero.

Poucos estudos a respeito do consumo de *crack* sob a perspectiva de gênero e de vulnerabilidade foram encontrados por Ramiro et al, (2014), o que sugere que as especificidades das questões de gênero vêm sendo marginalizadas no campo das dependências, muitas vezes inviabilizando a implementação de políticas públicas mais adequadas e sensíveis às necessidades dos usuários, especialmente entre as mulheres.

Os resultados deste estudo destacaram a necessidade de se abordar o consumo *de crack* a partir de um planejamento conjunto de políticas públicas de saúde entre os níveis nacional, estadual e municipal a partir do conceito de vulnerabilidade. Em termos de tratamento, os resultados destacaram a necessidade de se garantir que os profissionais que compõem a equipe de saúde sejam adequadamente treinados para lidar com os problemas

decorrentes do consumo compulsivo de crack, assim como os comportamentos individuais de risco, os fatores socioculturais relacionados a esse consumo e as especificidades de gênero, garantindo maior acesso e adesão dessa população.

Oliveira & Paiva, (2007) em seu artigo intitulado “Vulnerabilidades de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero”, discutiu a vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV a partir de condutas por elas adotadas para o consumo de drogas. Tratou-se de estudo qualitativo cujos dados foram apreendidos pela observação de campo e entrevista com dezoito mulheres, durante atividades de extensão direcionadas à pessoas usuárias de drogas. O estudo partiu do pressuposto de que as condutas praticadas por mulheres que consomem álcool e outras drogas estão norteadas por construções sócio-culturais que estruturam as relações sociais e determinam papéis e comportamentos para homens e mulheres em distintas sociedades, constituindo, assim, situações de vulnerabilidade para grupos e pessoas inseridas num mesmo contexto sócio, econômico e cultural. Afirmam ainda, que a relação entre droga e sexo facilita a exposição das pessoas à infecção pelo vírus da AIDS. Esta relação mostra-se bastante complexa uma vez que envolve questões de ordem individual e social, as quais são permeadas por sentimentos, normas, valores, crenças, religião, acesso a informações, resultando em condutas e atitudes. A complexidade parece ainda mais acentuada quando o grupo em foco faz parte de uma população culturalmente estigmatizada e discriminada como é o caso das mulheres, e mulheres que adotam um comportamento socialmente desviante.

Corroborar, acrescentando que:

... em geral, os homens usuários de drogas com os quais elas mantêm contato têm uma rede de uso de droga e sexual ampla e, na maioria das vezes, não adotam medidas de sexo seguro. A não-adoção de medidas de sexo seguro e a manutenção de relacionamentos sexuais com homens usuários de drogas colocam as mulheres usuárias de drogas, assim como as que não adotam tal conduta, em situação de vulnerabilidade para diversos agravos sociais e de saúde, dentre eles a infecção pelo HIV (OLIVEIRA; PAIVA, 2007. P.629).

De modo semelhante, no terceiro artigo, Oliveira et al, (2007) tratou de focar a heterogeneidade de grupos e pessoas usuárias de drogas, com ênfase nas especificidades de mulheres. Foi apontado nesse estudo, a taxa de consumo, o tipo da droga, a idade, taxas de mortalidade e comorbidade como principais diferenças de gênero em relação ao uso de drogas. Observou-se que a taxa de consumo de drogas é mais elevada entre os homens, embora venha diminuindo a proporção entre os sexos; há registros de predominância do uso de medicamentos, mais especificamente benzodiazepínicos, estimulantes e orexígenos, pela

população feminina, embora, em algumas comunidades, o consumo de crack por mulheres, especialmente aquelas que se dedicam ao trabalho com o sexo, venha se expandindo, superando as taxas apresentadas pelos homens. Em relação à idade das (os) consumidoras (es), observou-se elevação do uso dessas substâncias entre adolescentes do sexo feminino, chegando a superar a taxa de uso masculino em certos países. Desigualdades nas taxas de mortalidade e comorbidade foram identificadas no tocante à morbimortalidade. Para as mulheres, foram registradas alterações no ciclo menstrual, na fertilidade, na gestação, no parto, no maior risco de contrair e desenvolver doenças sexualmente transmissíveis; e há predominância dos transtornos depressivos e ansiedade, enquanto os homens tendem a desenvolver transtornos de personalidade. Quanto às especificidades da manifestação do fenômeno do consumo de drogas foram identificadas diferenças em relação ao tipo de droga e idade. As mulheres jovens, além do consumir álcool fazem uso de outras drogas como maconha, crack e cocaína, enquanto mulheres adultas e idosas fazem uso, mais frequentemente, de tabaco, álcool e medicamentos, especialmente os tranquilizantes. Já os medicamentos inibidores do apetite têm uso predominante por mulheres jovens e adultas na busca de atender a padrões de beleza determinados socialmente.

A despeito de todos os achados encontrados nos temas, citamos Brasiliano, (2005), ao afirmar que a escassez de pesquisas na área de dependência química sob o enfoque de gênero, inviabiliza muitas vezes a categorização das mulheres como um grupo para a constituição de programas terapêuticos mais adequados e sensíveis às suas prioridades e necessidades, o que permite pensar que a especificidade da feminilidade vem sendo marginalizada também no campo das dependências.

Assim, podemos afirmar que a identificação das diferenças no tipo de droga utilizadas e as formas de sua aquisição entre as mulheres, assim como, os estigmas que permeiam esse uso/ abuso/ dependência, podem estar referidas aos papéis culturalmente atribuídos às mulheres.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo permitiu identificar características peculiares das mulheres com uso nocivo ou dependência de drogas lícitas e ilícitas. Nos estudos encontrados foram referidos vários eventos desfavoráveis no ambiente familiar que podem ter atuado como fatores indutores ao uso de drogas. Entre eles destacam-se o comportamento aditivo da família e a cultura familiar de uso de drogas. Também ficou evidente que as relações conjugais e familiares tiveram relação direta com o início e continuidade desse uso. No uso de drogas durante a gestação, os relatos das mulheres nos estudos evidenciaram a manutenção de baixo vínculo afetivo com os filhos. O comportamento aditivo desde a adolescência implicou na multiparidade, na perda da guarda dos filhos, no abandono destes, comorbidades obstétricas e psiquiátricas. Vimos também um número crescente de mulheres adoecidas por terem que cumprir seu “papel” de mulher, mãe, esposa, trabalhadora, e que estão sendo submetidas ao uso de tranquilizantes como forma de suportar as dificuldades de seu dia-a-dia.

Até recentemente, o uso de substâncias psicoativas era considerado um problema do mundo masculino, sendo as mulheres sub-representadas em estudos sobre esta temática. Nas últimas décadas, o consumo de drogas lícitas e ilícitas entre as mulheres aumentou exponencialmente – mesmo ainda sendo inferior à masculina – motivando a realização de mais estudos referentes à esse consumo e tentativas de compreensão deste. Apesar deste aumento na realização de trabalhos que tentam compreender o uso/ abuso de drogas por mulheres, a escassez de estudos com enfoque de gênero ainda é notável, como foi exemplificado pelo número relativamente pequeno de artigos pertinentes ao tema encontrados no presente levantamento.

Como fatores de risco para o desenvolvimento do abuso ou dependência de substâncias psicoativas, os artigos analisados destacaram: vitimização na infância, familiares usuários de drogas, estressores ambientais (exposição a eventos traumáticos), falta de conhecimento acerca das drogas, identidade de gênero (ser mulher), uso de drogas pelos pares, fatores genéticos, baixa escolaridade, pobreza, cor (negra), bem como a presença de outras comorbidades psiquiátricas.

Embora a heterogeneidade social e cultural das (os) usuárias (os) de drogas seja apresentada na literatura, ainda há uma tendência à homogeneização, como se todos pertencessem a uma mesma categoria social e deveriam ser vistos a partir de um mesmo enfoque.

Diante do exposto nossa reflexão se situa no sentido que, grupos populacionais de "homens" e de "mulheres" não constituem grupos homogêneos, devendo, assim, serem investigadas especificidades individuais e de grupos com vistas a uma assistência igualitária relacionada ao consumo de drogas. Assim, fica demarcada a necessidade de novos estudos sobre a temática, que contemplem questões de gênero, no sentido de ampliar as possibilidades de intervenção e, conseqüentemente, de redução de vulnerabilidade. Este constitui, sem dúvidas, um novo e enorme desafio para profissionais da saúde, pelas características do trabalho que desenvolve no dia-a-dia com contatos diretos com indivíduos, famílias e comunidades.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus de S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. São Paulo: MCGraw-Hill do Brasil, 1986. 92p.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v. I. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORGES, Marcia Terezinha Trotta; BARBOSA, Regina Helena Simões. As marcas de gênero no fumar feminino: uma aproximação sociológica do tabagismo em mulheres. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, Ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan. 2015.

BRASILIANO, Silvia; HOCHGRAF, Patricia B.. A influência da comorbidade com transtornos alimentares na apresentação de mulheres dependentes de substâncias psicoativas. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 33, n. 3, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832006000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 jan. 2015.

CAMPOS, Edemilson Antunes de. **Alcoolismo, doença e pessoa**: uma etnografia da associação de ex- bebedores Alcólicos Anônimos. 2005. Tese (Doutorado)- Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2005.

CAMPOS, Edemilson Antunes de; REIS, Jéssica Gallante. Representações sobre o uso de álcool por mulheres em tratamento em um centro de referência da cidade de São Paulo - Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 14, n. 34, Sept. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jan. 2015. Epub Sep 17, 2010.

CARLINI, E.A. et al. **I Levantamento Domiciliar Nacional sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil**:2001. São Paulo: CEBRID- Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas. 2002

_____ **II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do Brasil: 2005. São Paulo: CEBRID- Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo, 2006.

CARVALHO, Lúcia de Fátima; DIMENSTEIN, Magda. A mulher, seu médico e o psicotrópico: redes de interfaces e a produção de subjetividade nos serviços de saúde. **Interações**, São Paulo, v. 8, n. 15, jun. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072003000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 14 ago. 2014.

_____ O modelo de atenção à saúde e o uso de ansiolíticos entre mulheres. **Estudos de Psicologia**, Rio Grande do Norte, v.9, n.1, p.121-129, 2004.

CASTRO, Mary García. A dinâmica entre gênero e classe na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/ UNICEF, 1991, p. 36-69.

CESAR, Beatriz Aceti Lenz. Alcoolismo feminino: um estudo de suas peculiaridades. Resultados preliminares. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jan. 2015.

ESCOHOTADO, A. **História Elementar das Drogas**. Lisboa: Antígona, 2004. 226 p.

- FISCHER, Izaura Rufino., MARQUES, Fernanda., **Gênero e exclusão social**, in [Faculdade Christus]. Disponível em http://www.faculdadechristus.com.br/download/enade2009/enade_2009_0510_genero_e_exclusao.pdf. Acesso em 05 de nov 2014.
- FONSECA, R.M.G. da. Construção do saber instrumental na saúde da mulher. In: FONSECA, R.M.G.S. da, EGRY, E.Y. Oficina de trabalho “**Inserindo a perspectiva de gênero na prática da Enfermagem**” Coletânea de textos. 47º Congresso Brasileiro de Enfermagem. Goiânia, 1995, 57p. mimeo.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997, 152 p.
- FREIRE, Karina; PADILHA, Patrícia de Carvalho; SAUNDERS, Cláudia. Fatores associados ao uso de álcool e cigarro na gestação. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro , v. 31, n. 7, Jul 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032009000700003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jan. 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.
- GREENFIELD, S.F. et al. **Women and addiction: a comprehensive handbook**. New York: Guilford Press, 2009.
- GUIMARÃES, L.C. **Relações de Gênero na Prática Educativa**. [Monografia]. Curso de Pedagogia. Universidade do Maranhão. 2010.
- HOCHGRAF, P.B., ANDRADE, A.G. A Questão dos Gêneros nas Farmacodependências. In: Cordas, T.A.; Salzano, F.T. **Saúde Mental da Mulher**. São Paulo: Editora Atheneu, p. 85-103, 2004.
- KASSADA, Danielle Satie; MARCON, Sonia Silva; WAIDMAN, Maria Angélica Pagliarini. Percepções e práticas de gestantes atendidas na atenção primária frente ao uso de drogas. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, Sept. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000300428&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan. 2015.
- LEAL, Monica Brito R. **Ser Mulher e Dependente química: adesão ou adaptação ao tratamento?**. [Monografia]. Universidade de Brasília. 2009. Disponível em: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/722/1/2009_MonicaBritodoRegoLeal.pdf. Acesso em 20 de jul 2014.
- LEOPARDI, Maria Teresa.; RODRIGUES, M.S.P. **O método de análise do conteúdo: Uma versão para enfermeiros**. 1 ed. Fortaleza: Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, 1999, v.1000.118p.
- LENAD- II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) 2012. Ronaldo Laranjeira (Supervisão) [et al.], São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), UNIFESP. 2014. Disponível em: <http://inpad.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Lenad-II-Relat%C3%B3rio.pdf>.
- MARANGONI, Sônia Regina; OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de. Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 22, n. 3, Sept. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072013000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Jan. 2015.
- MARANGONI, Sônia Regina; OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de. Uso de crack por múltipara em vulnerabilidade social: história de vida. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v.11, n.1, 2012. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/18874/pdf>. Acesso em: 02 jan 2015.

MENDONÇA, Reginaldo Teixeira et al . Medicalização de mulheres idosas e interação com consumo de calmantes. **Saude soc.**, São Paulo , v. 17, n. 2, Jun 2008 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Jan. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 13. Ed. Rio de Janeiro: vozes, 1994. 80p.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza et al . Relatos de mulheres em uso prejudicial de bebidas alcoólicas. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 3, Set. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jan. 2015.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 11, n. 3, Dez. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Jan. 2015.

NETTO, Maira Umezaky. de Q; FREITAS, Osvaldo; PEREIRA, Leonardo Regis L. Antidepressivos e Benzodiazepínicos: estudo sobre o uso racional entre usuários do SUS em Ribeirão Preto-SP. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, São Paulo, v.33, n.1, 2012. Disponível em: <http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/Cien_Farm/article/viewFile/1777/1777>. Acesso em: 05 jan 2015.

NOBREGA, Maria do Perpétuo S S; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Mulheres usuárias de álcool: análise qualitativa. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 39, n. 5, Out. 2005 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000500018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jan. 2015.

OBID-Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. TRATAMENTO/ Populações Específicas/ Mulheres. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>. Acesso em 28 jul 2014.

OLIVEIRA, Graciele Cadahaiane de et al . Consumo abusivo de álcool em mulheres. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre , v. 33, n. 2, Jun 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Jan. 2015.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do; PAIVA, Mirian Santos. Especificidades de usuários(as) de drogas visando uma assistência baseada na heterogeneidade. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 4, Dez. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452007000400022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Jan. 2015.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PAIVA, Mirian Santos; VALENTE, Camila L. M.. Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 2, Jun 2006<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000200024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2014.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PAIVA, Mirian Santos. Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 4, Dez. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452007000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Jan. 2015.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; QUEIROZ, Isabela Saraiva de. A emergência da politização da intimidade na experiência de mulheres usuárias de drogas. **Estud. psicol.**

- (Natal), Natal , v. 17, n. 2, Aug. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Jan. 2015.
- PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio. O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. São Paulo, v.25,n.2, Abr-Jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a08v25n2.pdf>
- PRENDERGAST, M.L. et al. **The relative effectiveness of women-only and mixed-gender treatment for substance-abusing women**. Journal of Substance Abuse and Treatment, New York, v. 40, p. 336-348, 2011.
- Prevenção do uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias/ Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.-5.ed.-Brasília: SENAD,2013. 450p.
- RAMIRO, Fernanda de Souza; PADOVANI, Ricardo da Costa; TUCCI, Adriana Marcassa. Consumo de crack a partir das perspectivas de gênero e vulnerabilidade: uma revisão sobre o fenômeno. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 38, n. 101, Jun 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000200379&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Jan. 2015.
- RASIA, Isabel Cristina Rosa Barros; ALBERNAZ, Elaine. Atenção pré-natal na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife , v. 8, n. 4, Dez. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292008000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Jan. 2015.
- RONDINA, Regina de Cassia, GORAYEB, Ricardo, BOTELHO, Clovis. Relação entre tabagismo e transtornos psiquiátricos. **Revista de Psiquiatria Clínica**, , v.30,n.6, p.221. Acesso em jan 2015. Disponível em: <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol30/n6/221.html>
- SAFFIOTI, H.I.B. –Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (Org.). **Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS/ UERJ, 1996, p. 33-59.
- SCOTT, John. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988, 242 p.
- _____. O enigma da igualdade. Rev. Estud. Fem., Florianópolis,v.13,n.1 abr.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>
- TAYLOR, B. et al. **Alcohol, Gender, Culture and Harms in the Americas**. Washington (DC): PAHO, 2007.
- TUCCI, A.M.; KERR-CORRÊA, F.;SOUZA FORMIGONI, M.L.O. **Childhood trauma in substance use disorder and depression: An analysis by gender among a Brazilian clinical sample**. Child Abuse & Neglect, Baltimore, v .34, p.95-104, 2010.
- UNODOC-United Nations Office on Drugs and Crime. World drug report [serial on the internet]. 2005 Jan [cited 2014 jul 28]; (1): [about 10 p.]. Available from: http://www.unodc.org/unodc/world_drug_report.html
- UNODOC-United Nations Office on Drugs and Crime. World drug report [serial on the internet]. 2014 Jan [cited 2014 jul 28]; (1): [about 10 p.]. Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/es/frontpage/2014/06/26-world-drug-report-2014.html>
- VIANNA, Claudia. **Sexo e gênero: masculino e feminino na qualidade da educação escolar**. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p. 119 – 129.
- YAMAGUCHI, Eduardo Tsuyoshi et al . Drogas de abuso e gravidez. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo , v. 35, supl. 1, 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832008000700010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Jan. 2015.

- ZALAF, Marília Rita Ribeiro; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 43, n. 1, Mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Jan. 2015.
- ZANELLO, V.. Loucura e mulheres: questões de gênero para a psicologia clínica. In: Zanello, Valeska; Stevens, Cristina; Almeida, Tânia; Brasil, Kátia. (Org.). Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares. Brasília: ExLibris, 2010, v. , p. 307-320.
- ZILBERMAN, Monica Levit. Uso de drogas entre mulheres. In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M.S.; MATIAS, R. **Drogas e Pós- Modernidade: prazer, sofrimento e tabu**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p.175-186,2003. V.1.

APÊNDICE A**FORMULÁRIO DE ORIENTAÇÃO PARA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

1) Título do trabalho

2) Autor (es) do trabalho

3) Tipo de trabalho

4) Quais aspectos são considerados na dependência química em mulheres

5) O que a literatura traz para a prática do profissional de saúde no cuidado às mulheres usuárias de drogas

6) O que a literatura traz sobre a análise de gênero na dependência química

APÊNDICE B- CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

TÍTULO	BASE DE DADOS	AUTORES	PERÍODICO	ANO
As marcas de gênero no fumar feminino: uma aproximação sociológica do tabagismo em mulheres	LILACS	Marcia Terezinha Trotta Borges Regina Helena Simões Barbosa	Ciência e Saúde Coletiva	2009
Percepções e práticas de gestantes atendidas na atenção primária frente ao uso de drogas	LILACS	Daniele Sabe Kassada Sonia Silva Marcon Maria Angelica P. Waidman	Esc. Anna Nery-Revista de Enfermagem	2014
Uso de Crack por múltipara em vulnerabilidade social: história de vida	LILACS	Sonia Regina Marangoni Magda Lucia Felix de Oliveira	Ciência, Cuidado e Saúde	2012
Alcoolismo feminino: um estudo de suas peculiaridades Resultados preliminares	LILACS	Beatriz Aceti Lenz Cesar	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	2006
Relatos de mulheres em uso prejudicial de bebidas alcoólicas	LILACS	Claudete Ferreira de S. Monteiro Alessandra Kelly do N. Freire Giovana de Oliveira L. Dourado Carlos Alberto G. G. Junior	Esc. Anna Nery-Revista de Enfermagem	2011

Antidepressivos e Benzodiazepínicos: estudo sobre o uso racional entre usuários do SUS em Ribeirão Preto-SP	LILACS	Maria Umezaki de Queiroz Netto Osvaldo de Freitas Leonardo Regis L. Pereira	Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada	2012
Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/ AIDS em uma perspectiva de gênero	SciELO	Jeane Freitas de Oliveira Mirian Santos Paiva	Esc. Anna Nery-Revista de Enfermagem	2007
Representações sobre o uso de álcool por mulheres em tratamento em um centro de referência da cidade de São Paulo-Brasil	SciELO	Edemilson Antunes de Campos Jessica Gallante Reis	Interface- Comunicação, Saúde, Educação	2010
Consumo de crack a partir das perspectivas de gênero e vulnerabilidade: uma revisão sobre o fenômeno	SciELO	Fernanda de Souza Ramiro Ricardo da Costa Padovani Adriana Marcassa Tucci	Saúde Debate	2014
Medicalização de Mulheres Idosas e Interação com consumo de Calmantes	SciELO	Reginaldo Teixeira Mendonça Antonio Carlos D. de Carvalho Elisabeth Meloni Vieira Rubens de Camargo F. Adorno	Saúde Social	2008
Especificidades de usuários (as) de drogas visando uma assistência	SciELO	Jeane Freitas	Esc. Anna Ney. Revista de	2007

baseada na heterogeneidade		de Oliveira Enilda Rosendo do Nascimento Mirian Santos Paiva	Enfermagem	
Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres	SciELO	Sônia Regina Marangoni Magda Lúcia Félix de Oliveira	Texto e Contexto-Enfermagem	2013
O modelo de atenção à saúde e o uso de ansiolíticos entre mulheres	SciELO	Lúcia de Fátima Carvalho Madga Dimenstein	Estudos de Psicologia	2004
Consumo abusivo de álcool em mulheres	SciELO	Graciele Cadahaiane de oliveira Catia Millene D' Agnolo Tanimaria da Silva L. Ballani Maria Dalva de B. Carvalho Sandra Marisa Pelloso	Revista Gaúcha de Enfermagem	2012
Mulheres usuárias de álcool: análise qualitativa	SciELO	Maria do Perpétuo S.S Nóbrega Eleonora Menicucci de Oliveira	Revista de Saúde Pública	2005